

# Atuação, concepções e saberes de profissionais da Educação Infantil: um olhar sobre um processo de formação inicial em serviço

Agency, conceptions and knowledge of Children Education professionals: a glance at an in-service initial formation

Taciana Mirna SAMBRANO<sup>1</sup>

Dioneia da Silva TRINDADE<sup>2</sup>

Vera Lúcia Fernandes Aragão TANUS<sup>3</sup>

## Resumo

Este texto resulta de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa Proinfantil, em Mato Grosso. Objetiva-se, por meio deste recorte, identificar continuidades/descontinuidades nas práticas pedagógicas das profissionais a partir da participação no Programa. Os fundamentos teóricos das análises se pautam na legislação específica e literatura pertinente à formação de professores da Educação Infantil. A amostra abarcou 37 cursistas, contatados mediante questionário, observação das práticas pedagógicas e entrevistas. Os resultados indicam que o processo de formação vivenciado atingiu o objetivo de problematização da prática das profissionais, possibilitando-lhes interlocução com a teoria e ressignificação dos papéis dos sujeitos envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação Profissional. Programa Proinfantil.

## Abstract

This text is a result from a research on the Proinfantil Program in Mato Grosso and it aims to identify continuities/discontinuities in the pedagogic practices of the professionals who participated in the program. The analysis herein conducted are based on theoretical foundations and specific laws concerning the formation of teachers for Children Education. The studied sample is composed of 37 subjects, and the data were collected by means of surveys, class observation and interviews. The results show that the formation process led these professionals to problematize their practices, thus enabling a dialogue with theory and reframing the roles of all the involved people.

**Keywords:** Children Education. Professional Formation. Proinfantil Program.

---

1 Doutora em Educação Escolar. Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Organização Escolar do Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Cuiabá/MT. CEP: 78060-900. Tel.: (65) 3615-6270. <tacianamirna@gmail.com>.

2 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pedagoga e especialista em Gestão da Educação Pública. Técnica nesta mesma Instituição. Endereço profissional: Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367, Cuiabá/MT. CEP: 78060-900. Tel.: (65) 3615-8466. E-mail: <dioneia@ufmt.br>.

3 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pedagoga atuante no Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM). Endereço profissional: Rua Luis Phillipe Pereira Leite S/N, Alvorada, Cuiabá/MT, CEP: 78025-200. Tel.: (65) 3615-7231. E-mail: <veratanus@gmail.com>.

## Apontamentos iniciais

A proposta deste trabalho insere-se na discussão sobre os processos de formação profissional destinada a professores e educadores que atuam em instituições de educação infantil, a partir de um Programa de Formação Inicial em serviço proposto pelo Ministério da Educação (MEC). Parte da premissa de que, apesar dos avanços legais e teóricos alcançados pela Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, questões referentes à profissionalização do adulto responsável pelo cuidado e educação das crianças menores de seis anos, em ambiente educacional coletivo, ainda merecem debate e investimento político e acadêmico.

A formação profissional necessária para a atuação na Educação Infantil ocupa papel de destaque nas pesquisas acadêmicas que abordam as condições para a garantia da qualidade no atendimento destinado às crianças de 0 a 5 anos, conforme discutido por autores como Campos et al. (2011), Angotti (2009), Assis (2009) e ressaltado pelo próprio MEC ao propor Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Em âmbito legal, a formação de professores para atuação na primeira etapa da Educação Básica foi abordada pela primeira vez na LDB, Lei 9.394/96 que, em seu artigo 62, preconiza que a

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Frente à realidade das instituições que mantêm em seus quadros professores sem a devida qualificação voltada à infância, além de profissionais que não apresentam a formação mínima exigida para a contratação como docentes e terminam sendo admitidos em cargos com nomenclaturas diversas – como técnicas ou auxiliares do desenvolvimento infantil, monitoras, recreacionistas, agentes educacionais, entre outros – a formação inicial e/ou continuada caracteriza-se como uma necessidade premente a ser considerada pelos entes federativos, conforme aponta a lei supracitada.

A partir desse dado<sup>4</sup>, o MEC propõe o *Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – Proinfantil* – configurando-se como uma das políticas públicas de formação que vem ao encontro das diretrizes do Plano Nacional de Educação, divulgado no ano de 2001.

O Proinfantil, um curso em nível médio e na modalidade Normal, visa à formação de profissionais da Educação Infantil atuantes em creches e pré-escolas e que não possuem a formação requerida pela legislação, sendo realizado pelo MEC em parceria com os estados, municípios interessados e Instituições de Ensino Superior (IES). Destina-se a professores da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

O Programa contempla, em sua matriz curricular, as áreas de conhecimentos de base nacional do Ensino Médio e as específicas de formação pedagógica, para o exercício do magistério na Educação Infantil. Sua metodologia caracteriza-se por atividades a distância, pautadas em material impresso e videográfico, atividades presenciais e atividades de prática pedagógica, além da elaboração e concretização de um projeto de estudo pelas cursistas (BRASIL, 2005).

Por se tratar de formação em exercício, as atividades de práticas pedagógicas e as relacionadas ao projeto de estudo, de acordo com o formato do Programa, são realizadas nas mesmas instituições em que os cursistas atuam, acompanhadas por tutores e distribuídas por todo o período letivo. As práticas pedagógicas são, ainda, acompanhadas por profissionais vinculados às Instituições de Ensino Superior e ao MEC, denominados Assessores Técnicos do Proinfantil (ATP). As Universidades são responsáveis pela formação dos professores formadores e dos tutores que atuam no Programa junto aos cursistas, especificamente no que diz respeito à área da Educação Infantil, bem como pela supervisão e avaliação pedagógica do curso.

No estado de Mato Grosso, o MEC atua em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Educação Estadual (SEDUC-MT) e secretarias de educação municipais. Com uma matrícula inicial de pouco mais de 700 ingressantes, formaram-se pelo Proinfantil 630 cursistas no ano de 2011.

Os ganhos profissionais resultantes da formação pelo Proinfantil sugerem a necessidade de novas propostas de formação destinadas aos profissionais da Educação Infantil, bem como direcionam o olhar para que as experiências dessa formação sejam melhor investigadas.

A partir dessa necessidade de investigação, esta comunicação é recorte de uma ampla pesquisa realizada em 2011 e levada a efeito no âmbito da

---

4 Base Legal. Disponível em: <<http://proinfantil.mec.gov.br/baselegal.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

coordenação do *Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil* (Proinfantil) pela UFMT, por meio da qual se objetivou identificar e descrever o perfil profissional dos cursistas, suas experiências e concepções, a partir de reflexões decorrentes de suas práticas pedagógicas em momento progressivo ao Proinfantil e posterior a ele.

A pesquisa englobou um universo de 630 cursistas de 52 municípios matogrossenses, organizados em 13 Agências de Formação (AGF) ou Polos, nos quais o Proinfantil foi ofertado entre os anos de 2009 a 2011. Os pólos localizaram-se nas cidades de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Confresa, Cuiabá, Diamantino, Juína, Matupá, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop e Tangará da Serra.

## Metodologia: os percursos da pesquisa

A presente comunicação abarca os dados referentes à AGF de Confresa<sup>5</sup>, polo composto por quatro municípios – Confresa e seus circunvizinhos: Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica. Dessa forma, este recorte da pesquisa tem por fim último descrever as concepções sobre Educação Infantil dos Cursistas concluintes do Programa nesta AGF, a fim de se identificar continuidades ou descontinuidades nas práticas pedagógicas a partir do Proinfantil.

A pesquisa sustentou-se em perspectivas plurimetodológicas, valendo-se de aspectos de naturezas qualitativa e quantitativa, sendo que, de acordo com Bauer, Gaskell e Allum (2002), estas abordagens, por não se separarem, acabam se interpondo dentro de uma investigação científica.

Foram utilizados, como instrumentos para a coleta de dados, questionário, observação direta das práticas pedagógicas e entrevistas semiestruturadas. Pela amplitude dos dados coletados, os resultados por ora apresentados se referem aos dados obtidos por meio dos questionários e entrevistas.

O questionário, com roteiro elaborado pela coordenação do Proinfantil na

---

5 O município de Confresa integra a microrregião Norte Araguaia em meio ao nordeste matogrossense. Localiza-se a 1.165 da capital Cuiabá. Segundo dados do IBGE, a população confresense, em 2010, estava constituída por 25.124 habitantes. De acordo com o Censo Escolar INEP, em 2011 o município contava com 739 matrículas na pré-escola e 70 matrículas na creche, em sua rede de ensino. (Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=mt>> e <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-matricula>>. Acesso em: 24 jul. 2012)

UFMT, foi aplicado às 37 cursistas<sup>6</sup> do polo de Confresa durante a Fase Presencial do Módulo IV, em janeiro de 2011. No entanto, foram devolvidos 35 questionários, o que justifica o número de participantes relatado na análise dos dados.

O questionário buscou identificar, por meio de questões abertas, os avanços constatados e as dificuldades encontradas pela cursista a partir de sua participação e formação no Programa, além de abordar dados referentes à identificação e atuação profissional (como idade, função, tempo de serviço, vínculo empregatício e faixa etária das crianças com as quais atua).

No período de janeiro a julho de 2011, foram realizados acompanhamentos às práticas pedagógicas das 37 cursistas, lotadas em 11 Instituições de Educação Infantil, localizadas nos municípios que integram o polo. No decorrer de tais acompanhamentos, foi possível observar a realização das práticas pedagógicas e, ainda, escutar os relatos de experiência das cursistas acerca das atividades desenvolvidas com as crianças em salas de Educação Infantil.

Na ocasião dos acompanhamentos e observações, foram realizadas entrevistas às 37 cursistas. As entrevistas, que seguiram um roteiro semiestruturado, foram registradas em vídeo após a anuência da própria cursista e da direção da instituição de educação infantil (IEI), já que o registro ocorreu no interior da unidade escolar. Os depoimentos abordam, basicamente, a concepção da cursista sobre educação infantil e os aspectos inerentes à atuação docente com crianças menores de seis anos em contexto de atendimento coletivo. Ressalta-se que a entrevista teve como objetivo possibilitar a reflexão da cursista sobre as continuidades/descontinuidades de sua atuação e concepção, relatadas a partir de dois momentos distintos, tendo como marco temporal sua participação no Proinfantil, ou seja, quais suas concepções sobre educação infantil antes de sua participação no Programa e depois dela, especificamente naquele momento correspondente ao último semestre do curso.

O registro em vídeo foi transcrito<sup>7</sup> e analisado a fim de que os dados pudessem ser analisados em categorias que respondam aos objetivos da presente pesquisa.

---

6 Cursistas do Proinfantil no polo de Confresa são mulheres na sua totalidade, justificando a opção de escrita no feminino a partir deste momento do texto.

7 No processo de transcrição, buscou-se retirar das falas das participantes os vícios de linguagem e as palavras repetidas, mas sem comprometer a fidedignidade dos depoimentos.

## Saberes, concepções e atuação profissional: a Educação Infantil relatada/vivenciada no cotidiano das instituições

Os resultados obtidos a partir dos questionários e das entrevistas foram articulados para a análise apresentada na sequência.

O dado inicial que merece consideração – embora apenas corrobore o que se observa em âmbito nacional – refere-se ao gênero feminino, representando a totalidade das profissionais participantes do programa no polo de Confresa. A feminização do trabalho docente na educação infantil, dado amplamente discutido na literatura acadêmica, remete a discussão à história do atendimento educacional em ambiente coletivo destinado a crianças menores de seis anos, uma vez que, historicamente, esse serviço era delegado às mulheres, em razão de seu *instinto* materno (PRESTES, 2009).

A idade das profissionais participantes da pesquisa varia de 22 a 51 anos. Os resultados, analisados por blocos de escalas etárias, revelam que o maior número de cursistas apresenta-se na faixa entre 33 a 43 anos, totalizando 40% e, assim, quase se equiparando em proporções percentuais à faixa etária de 22 a 32 anos que representa 37,2% da amostra, enquanto as demais se encontram na faixa entre 44 a 51 anos.

Estes dados coadunam-se aos obtidos em relação ao tempo de serviço, na medida em que mais da metade dessa amostra (52,9%) encontra-se atuando na Educação Infantil entre 3 a 6 anos. Apenas uma parcela de 5,9% declarou possuir um maior tempo de atuação (de 15 a 16 anos) na Educação Infantil, o que vem ao encontro dos dados anteriores, visto que essa amostra é composta por uma porcentagem pequena de profissionais com mais de 44 anos.

No que se refere às funções exercidas pelas cursistas nas IEIs, cinco categorias foram relatadas, quais sejam: Professora (37,2%), Técnica do Desenvolvimento Infantil – TDI (31,4%), Monitora (25,7%), Auxiliar de Professora e Estagiária (representando 2,85% da amostra cada categoria).

Esses dados possibilitam perceber que o cargo de professora é o que aparece com maior representatividade; no entanto, a maioria das cursistas ocupa cargos com diferentes denominações, mas com funções equivalentes, pois todas atuam diretamente no cuidado e educação das crianças. Nesse sentido, é imprescindível observar que os sistemas de ensino ainda se valem de denominações diversas para contratar o profissional responsável pela educação e cuidado das crianças menores de seis anos, por questões político-econômicas e culturais – tema de pesquisa de renomados pesquisadores da área, com destaque aqui para os trabalhos de Assis (2009) e Micarello (2011) – e, a partir do cargo, justificar a contratação de funcionários sem a devida formação, com salários e carga horária de trabalho diferenciados em relação ao professor, entre outros aspectos não menos importantes.

Em suma, esse dado revela que a seleção e contratação de profissionais para atuarem na educação infantil – seja em creche ou pré-escola, mas, sobretudo, quando se trata do atendimento coletivo destinado às crianças menores de 4 anos – prioriza e/ou aceita candidatos que apresentem apenas a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, mas sem a qualificação para a docência, como é o caso do curso Normal ou Magistério, mínimo exigido pela legislação. Dessa forma, é possível afirmar que os municípios e suas secretarias contrariam o que preconiza o artigo 62 da LDB, Lei nº 9.394/96, no que tange à contratação de profissionais, pois essa lei, promulgada no ano de 1996, ainda não parece ser considerada na contratação de profissionais para a educação da infância, na medida em que a maioria das profissionais participantes desta pesquisa relata ter menos de 15 anos de exercício no magistério, contratadas, portanto, depois da referida legislação!

Vale ressaltar a validade de iniciativas do Ministério da Educação em promover formação para os profissionais que se encontram em situação semelhante ao relatado neste texto, como é o caso do Programa Proinfantil, a fim de se tentar garantir a qualidade no atendimento às crianças menores de seis anos, ao menos no que se refere à formação mínima exigida – mas ainda não a desejada – para a atuação profissional na primeira etapa da Educação Básica. No entanto, é inegável considerar que o mesmo Ministério precisa fazer valer a legislação federal no tocante a contratações irregulares de profissionais que ainda se disseminam pelo país.

De volta aos dados da pesquisa referentes à contratação, e que engrossam os dados discutidos acima, os resultados referentes ao vínculo empregatício das cursistas revelam que a grande maioria das participantes mantém vínculo com os municípios – 68,6% das profissionais são efetivas e 20%, contratadas –, ente federativo responsável pela educação infantil, de acordo com a LDB, Lei nº 9.394/96.

Os resultados advindos das questões abertas dos questionários apresentam uma multiplicidade de temas que retratam os avanços obtidos pelas cursistas em sua prática docente a partir do Proinfantil, bem como apontam as dificuldades encontradas no trabalho em decorrência do curso ou, ainda, para desempenharem as atividades requeridas pela formação.

Em relação às dificuldades, é interessante perceber que a maioria dos relatos aborda *questões de ordem pessoal*, como dificuldades na elaboração do projeto de estudo; na compreensão dos conteúdos referentes às áreas temáticas do Ensino Médio, especialmente Matemática e Linguagem; em conciliar vida profissional, familiar e de cursista do Proinfantil; e falta de tempo para realizar as atividades exigidas pelo curso. No entanto, relatam também *questões de ordem profissional*, como dificuldades em pôr em prática os temas abordados pelo curso; em realizar a prática pedagógica, em razão das resistências da

professora regente da sala de aula; em mudar conceitos arraigados no coletivo da instituição sobre o cuidar e o educar; bem como *questões organizacionais*, como deslocamento do município de origem ao polo para participação nas fases presenciais e avaliações; estadia no município do polo por muitos dias durante a fase presencial que antecede cada Módulo.

Em se tratando dos avanços apontados, as respostas dos questionários revelam, igualmente, uma multiplicidade de temas que apontam para o desenvolvimento e aprendizagem profissional proporcionados pelo curso. A partir da perspectiva pessoal, ressalta-se a ocorrência de relatos que apontam para o desenvolvimento da autoestima, manifesta a partir da *capacidade* de aprender para melhorar sua atuação; aperfeiçoamento e ampliação do repertório vocabular; mudanças na maneira de agir e interagir com as crianças e demais adultos da instituição. Tomando-se por base a *perspectiva profissional*, intrinsecamente relacionada à primeira, destacam-se os avanços adquiridos por meio da ampliação dos conhecimentos sobre educação infantil, sobre o cuidar e educar como funções indissociáveis; melhoria na relação estabelecida com as famílias das crianças; maior segurança na interlocução com os pais sobre a educação e o desenvolvimento infantil; respeito ao ritmo de desenvolvimento das crianças, segundo suas faixas etárias e características pessoais; planejamento das atividades e elaboração do plano enquanto instrumento para nortear e sistematizar as práticas pedagógicas; articulação entre teorias e práticas vivenciadas no cotidiano; compreensão da importância das brincadeiras e do lúdico para o desenvolvimento infantil; contribuições profissionais adquiridas por meio das trocas de experiências com cursistas de outros municípios.

A partir dos dados coletados, é possível perceber que os depoimentos das cursistas se coadunam ao exposto nos questionários, sinteticamente abordados acima.

Para apresentação destes resultados, optou-se por se trazer ao texto excertos de alguns depoimentos coletados. Ressalta-se que o objetivo desta análise é descrever as concepções das cursistas a partir de reflexões decorrentes de suas práticas pedagógicas em momento progressivo ao Proinfantil e posterior a ele.

Alguns depoimentos trazem à tona a reflexão sobre as funções da educadora em sua atuação junto a crianças atendidas pela instituição de educação infantil:

Amadureci como profissional e pessoalmente. Antes do Proinfantil, acreditava que a função era somente cuidar de crianças. Educar era papel dos professores. A minha função era somente de higienização, alimentação e o cuidado com a criança de um modo geral. (Cursista 1; idade: 23 anos; TDI; efetiva municipal; 3 anos de experiência profissional; Confresa).

Em relação à atuação profissional, o que mais chama a atenção nos depoimentos é a recorrente menção ao planejamento e elaboração do plano anteriormente não exigido das educadoras (TDI, auxiliares, monitoras), sendo um documento elaborado apenas pelas professoras, de acordo com os relatos:

Antes do Proinfantil, eu não tinha noção nenhuma de como educar uma criança. Imaginava que era só o professor que educava. Não costumava registrar nada. Com o Proinfantil, pude aprender várias coisas principalmente em relação ao planejamento. Achava que o plano de aula era obrigação do professor. Hoje costumo relatar sobre o desenvolvimento da criança. Estudo o Projeto-Político Pedagógico da Instituição para poder planejar as atividades das crianças. (Cursista 3; idade: 27 anos; TDI; efetiva municipal; 5 anos de experiência profissional; Confresa).

Entre aqui na creche ainda não tinha terminado o ensino médio. Sem formação, sem experiência. Tinha um pouco de medo pelo desafio, porque estava entrando sem base. [...]. Não tinha experiência em nada. Como as minhas colegas já tinham filho, eu procurava repetir o que as elas faziam. Isso foi assim até quando ingressei no Proinfantil. Não fazia planejamento. [...]. O Proinfantil nos ensinou como fazer o planejamento. Mostrou-nos o que é o planejamento. O objetivo que a gente quer alcançar no trabalho com a criança. Como as crianças são muito pequenas, pensava que não precisava planejar. Dentro do planejamento a gente sabe o que quer trabalhar com a criança. (Cursista 13; idade: 24 anos; TDI; efetiva municipal; 4 anos de experiência profissional; Porto Alegre do Norte).

Ressalta-se, ainda, que a concepção sobre o ser criança também é um aspecto que merece considerações das cursistas. Pensar a criança de 0 a 6 anos em ambiente educacional coletivo implica em considerar as características próprias dessa faixa etária, bem como as especificidades da educação infantil em seu caráter mais elementar, qual seja, a necessária articulação entre o binômio educar-cuidar e a brincadeira.

Antes do Proinfantil, eu tinha uma concepção diferente do que é ser criança. Achava que era só o cuidar, atender suas necessidades fisiológicas. O Proinfantil foi algo que chegou para mudar a nossa vida. Com o Proinfantil, aprendi que o cuidar e o educar são indissociáveis. Aprendi que tenho que

aproveitar os momentos de brincadeiras para trabalhar com as crianças sua autonomia, desenvolvimento cognitivo... Outra coisa foi a questão do dormir. Aprendi a respeitar o tempo de cada criança. Converso com elas que vamos descansar e não dormir. Fechar os olhinhos para descansar. [...]. O choro me incomodava muito. Isso me levou a pesquisar o choro no processo de adaptação. Descobri que o choro é um processo que toda criança passa quando sai da família e vai para a instituição. Isso eu descobri através do meu projeto. Percebo uma mudança dos próprios professores, eles nos pedem opiniões. (Cursista 2; idade: 38 anos; TDI; efetiva municipal; 3 anos de experiência profissional; Confresa).

Antes do Proinfantil, o que eu trabalhava não tinha certeza se estava certo. Não sabia se estava atendendo as necessidades das crianças. Pensava que a criança aprendia igual ao adulto. [...]. A partir dos conhecimentos do Proinfantil percebi que a criança tem seu desenvolvimento próprio, a sua cultura, a sua história de vida e, tudo isso precisa ser valorizado. (Cursista 9; idade: 43 anos; Professora; contrato temporário municipal; 7 anos de experiência profissional; Confresa/zona rural).

[...] a prática era voltada para o cuidar, para a saúde e higiene. As brincadeiras eram para passar o tempo das crianças e das professoras. Eu brincava muito com as crianças, mas era só brincar sem intencionalidade. Era só para preencher o tempo das crianças e da gente. A partir do curso Proinfantil [...], senti-me mais preparada para trabalhar na educação infantil. Faço minhas atividades planejadas, faço meu planejamento. (Cursista 18; idade: 47 anos; Monitora; efetiva municipal; 16 anos de experiência profissional; Vila Rica).

A partir do exposto, depreende-se que as cursistas apresentam, em seus depoimentos, pontos que sugerem uma maior ocorrência de descontinuidades em suas práticas a partir da formação levada a efeito pelo Proinfantil, bem como relatam mudanças nas concepções acerca da educação infantil de uma forma geral, sobretudo em se tratando da concepção de criança menor de seis anos e do trabalho docente, especialmente no que diz respeito ao planejamento, à importância da brincadeira articulada ao cuidado e educação, aspectos indissociáveis e igualmente importantes para o desenvolvimento infantil.

Ao se pensar em educação e cuidado a crianças de 0 a 5 anos em instituições de educação infantil, parece linear considerar a infância enquanto uma etapa singular da vida do ser humano que, pelas suas especificidades, merece um atendimento profissional, intencional e planejado. No entanto, os depoimentos das cursistas revelam que o cotidiano da educação infantil pode camuflar concepções antagônicas ao que se preconiza atualmente para a primeira etapa da Educação Básica. Depreende-se que tal desvelamento tenha sido possível graças aos momentos de reflexão proporcionados pelo Proinfantil às cursistas que puderam ressignificar suas práticas a partir de um (re)visitar de suas crenças.

Nessa mesma esteira, há que se evidenciar a posição assumida pelas cursistas em relação à ressignificação do trabalho docente realizado junto a crianças de 0 a 5 anos, sobretudo no que diz respeito à necessidade de um planejamento que considere a criança, a intrínseca relação entre o cuidar-educar e o lúdico no cotidiano da instituição de educação infantil. As pontuações das cursistas podem ser corroboradas pelas considerações de Angotti (2006, p. 19), ao afirmar que:

A definição de uma profissionalidade para os educadores infantis deverá considerar o fundamental da natureza da criança que é a ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para promover o desenvolvimento infantil, promovendo uma articulação possível entre o cuidar e o educar. Explicando melhor, a profissionalidade dos educadores infantis deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar que promova educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade.

Assim, com a compreensão de que a Educação Infantil integra o sistema educacional desde a LDB, Lei nº 9.394/96, não mais vinculada à assistência social, as cursistas enfatizam a integração entre as funções de cuidar e educar de crianças pequenas nas IEs. Ao afirmarem que acreditavam que “o educar era função apenas do professor”, colocavam-se como responsáveis apenas pelo cuidado, entendido como práticas de higienização, alimentação e manutenção da integridade física. Atualmente, relatam a necessária integração das ações que, por serem indissociáveis, caracteriza-se como sendo de responsabilidade de todos os profissionais que atuam diretamente com as crianças em instituições de educação infantil.

Nessa linha, é possível afirmar que, antes do processo de formação, centravam sua atuação em um cuidado desvinculado da educação, não viam necessidade

de “colocar no papel” suas intencionalidades educativas, pois, quando havia planejamento, este ficava apenas a cargo “da professora titular”. A preocupação atual com o planejamento, sobretudo se ele contempla o que registra o Projeto Político Pedagógico da instituição, revela a necessidade de estudos sobre este documento, produzido a partir de uma ação conjunta entre professoras e educadoras. O que, antes, se constituía numa prática sem intencionalidade, com atividades com um fim em si mesmas, sobrepondo-se à rotina diária e gerando improvisações e espontaneísmo, desprovida de embasamento teórico, atualmente reflete reflexões coletivas acerca do fazer pedagógico, de acordo com o exposto nos depoimentos, e que deve espelhar o empenho dos profissionais “[...] na execução de um fazer objetivado, intencionado e que sistematicamente deverá ser revisto, analisado à luz da proposta de formação infantil na qual se acredita e na qual a instituição como um todo aposta” (ANGOTTI, 2010, p. 71).

## Considerações Finais

A partir do exposto até o momento, é possível depreender que as mudanças de concepções e ressignificações/descontinuidades das práticas das cursistas do Polo de Confresa-MT foram possibilitadas pela formação efetivada por meio do programa Proinfantil, que permitiu às profissionais associarem o estudo teórico com a prática vivenciada no cotidiano das instituições.

O programa Proinfantil, alicerçado sob as bases de uma formação em serviço, reforça a necessidade de que essa modalidade de formação contemple, em suas propostas, garantias e condições para que a teoria e a prática fortaleçam os professores em sua atuação.

Os depoimentos e relatos, obtidos por meio da pesquisa realizada junto às Cursistas do Proinfantil, polo de Confresa-MT, indicam que o processo de formação vivenciado atingiu o objetivo de problematização da prática das profissionais, proporcionando uma reflexão crítica sobre ela, na medida em que possibilitou um diálogo com a teoria e ressignificação dos papéis de todos os envolvidos, sobretudo das educadoras que, conforme sugerem os dados, deixavam de valorizar seus conhecimentos, desqualificando seus saberes e suas atividades junto às crianças, como se a elas coubesse apenas a função de executar tarefas hierarquicamente menos importantes em relação às atividades desempenhadas pelas professoras.

Obviamente que esse recorte não intenciona abarcar todas as questões envolvidas no processo de formação vivenciado pelas cursistas desse polo. Há de se comentar que não são negados pelas autoras os condicionantes sócio-econômico-culturais que incidem sobre todo processo de formação e que são igualmente

importantes para as práticas relatadas. No entanto, a presente comunicação refere-se a um recorte metodológico da pesquisa que intenciona estender suas análises para que, em momento futuro, possa apresentar resultados articulados a partir de uma triangulação dos dados coletados por meio dos depoimentos, sinteticamente expostos neste trabalho, e as práticas pedagógicas realizadas pelas cursistas e que foram observadas e registradas.

Por fim, o entrelaçar das falas e das ações partilhadas entre os profissionais da instituição de educação infantil sugerem que a formação em serviço, sobretudo a realizada por meio do Proinfantil, caracterizou-se como um espaço no qual as cursistas puderam compartilhar ideias, ouvir a voz do outro e a sua própria, enxergar as atuações imbricadas e únicas de cada profissional, conhecer, identificar e estudar concepções teóricas imprescindíveis ao trabalho docente junto às crianças menores de seis anos, detentoras do direito pela educação infantil e razão de existir do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil.

## Referências

ANGOTTI, M. Desafios da Educação Infantil para atingir a condição de direito e de qualidade no atendimento. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas: Alínea, 2009. p. 131-49.

\_\_\_\_\_. Educação Infantil: para quê, para quem e por quê. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil: para quê, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 15-32.

\_\_\_\_\_. Semeando o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 54-73.

ASSIS, M. S. S. Ama, guardiã, crecheira, pajem, auxiliar... em busca da profissionalização do educador da educação infantil. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas: Alínea, 2009. p. 37-50.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Proinfantil – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil**: Guia Geral. Brasília/DF: MEC/SEB, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 23.12.1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.056**, de 13 de outubro de 2009. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, DOU, 14.10.2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2012.

CAMPOS, M. M. et al. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, p. 15-33, jan./abr. 2011.

MICARELLO, H. Formação de professores da educação infantil: puxando os fios da história. In: ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (Org.). **Educação Infantil: enfoques em diálogo**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2011. p. 211-27.

PRESTES, Z. Professor da Creche e da Pré-escola: um profissional com formação e compromisso. **Extra classe - Revista de Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.sinprominas.org.br/imagensDin/arquivos/362.doc>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Recebimento em: 01/07/2013.

Aceite em: 18/12/2014.